

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 24 de setembro de 2025 às 07h51*  
*Seleção de Notícias*

## Fator Brasil - Online | BR

Propriedade Intelectual

Inovação e respeito às patentes .....	3
CANAL	

## Exame.com | BR

Marco regulatório | INPI

Opinião: Propriedade Intelectual importa - e muito - para o desenvolvimento sustentável .....	5
HOME	

## Inovação e respeito às patentes

CANAL

Fundamentos para a competitividade e a sustentabilidade do agro brasileiro. Respeito à legislação sobre propriedade intelectual e ao investimento em pesquisa e desenvolvimento de soluções inovadoras garante a eficácia de produtos fitossanitários e minimiza riscos econômicos ao agricultor.

A pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias são pilares da produtividade agrícola e da sustentabilidade do agronegócio brasileiro. Essa aposta contínua em ciência aplicada ao campo tem permitido ao país dar saltos significativos em eficiência e desempenho. Como resultado, nas últimas décadas, o Brasil se consolidou como protagonista nas maiores cadeias agroalimentares do mundo - como soja, milho, café e açúcar - impulsionado por um modelo que alia **inovação** tecnológica à adaptação às condições tropicais.

Nesse ambiente de alta competitividade, o respeito à **propriedade** intelectual - especialmente às patentes de insumos e tecnologias - é condição indispensável para garantir a continuidade da inovação, a segurança jurídica e o reconhecimento dos investimentos que tornam possível alimentar o mundo com eficiência e responsabilidade ambiental. Afinal, para manter vivo o propósito de reimaginar a sustentabilidade na agricultura, a proteção do investimento em inovação não é apenas um direito: é um fundamento ético e estratégico.

Desenvolver um novo produto - seja um defensivo, uma biossolução ou outras formulações amigáveis ao meio ambiente - exige tempo, investimento e rigor técnico. O ciclo pode levar mais de uma década, da bancada de laboratórios ao campo, e mobilizar centenas de profissionais em estudos de eficácia, toxicidade, impacto ambiental e registro. Quando essa inovação é violada, todo o ecossistema de pesquisa e desenvolvimento é desvalorizado - prejudicando a competitividade da indústria, o retorno do in-

vestimento ao agricultor e os avanços rumo a uma agricultura mais sustentável. Enfatizo: cada vez que uma patente é quebrada ou desrespeitada, abre-se um precedente que pode comprometer o futuro da inovação no setor mais competitivo da economia brasileira: o setor agropecuário.

Mais do que uma obrigação legal, proteger a inovação é uma questão de ética. Significa respeitar o trabalho de pesquisadores (cientistas que tanto orgulham nosso país), a integridade dos processos científicos e o compromisso com um agro mais sustentável. Em um segmento guiado por relações de confiança entre empresas, cooperativas, revendas e agricultores, essa ética deve estar no centro das decisões - garantindo previsibilidade, valorização da tecnologia e segurança para quem produz.

O Brasil conta hoje com centros de pesquisa de alta complexidade, voltados à criação de soluções cada vez mais adaptadas às realidades regionais. Para que esse ecossistema continue crescendo, é essencial fortalecer o ambiente de negócios com regras claras, estabilidade regulatória e proteção efetiva à **propriedade** intelectual. Para que nossa nação siga como líder global do agronegócio, é essencial que todos compreendam: proteger a inovação é proteger o produtor rural - e também a população. É garantir que os frutos da ciência cheguem ao campo, com segurança ao meio ambiente e compromisso com as próximas gerações.

Nesse cenário, iniciativas lideradas por empresas como a UPL - que investe amplamente em inovação no país - reforçam a importância de uma agenda baseada na legalidade, na transparência e no respeito à ciência. Acreditamos que a colaboração é o caminho para uma agricultura mais sustentável, e que essa colaboração precisa ter como base a legalidade, a transparência e o respeito aos ativos da **propriedade** intelectual. Valorizar as patentes é valorizar o trabalho dos cientistas, a seriedade da indústria e a

Continuação: Inovação e respeito às patentes

responsabilidade com o futuro da produção dos alimentos de nossas mesas, das fibras que os vestem e da bioenergia que nos move. Reimaginar o futuro do agro passa, necessariamente, por proteger esses fundamentos.

Por: Ronaldo Bueno Rodrigues, engenheiro agrô-

no pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), especialista em manejo de doenças de plantas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e diretor de inovação, pesquisa e desenvolvimento (P&D) da UPL Brasil.

## Opinião: Propriedade Intelectual importa - e muito - para o desenvolvimento sustentável



A COP30 será uma oportunidade crucial para o Brasil liderar a integração da **Propriedade** Intelectual com estratégias sustentáveis, promovendo inovação, competitividade e colaboração global para enfrentar os desafios climáticos

Por Fernanda Quental e Lilian Ghitnick Arcalji\*

A COP30, que será realizada em Belém do Pará em novembro de 2025, representa um marco histórico para o Brasil e para a agenda ambiental global. A conferência terá como eixos centrais a discussão sobre justiça climática, a proteção da Amazônia e o avanço de mecanismos concretos de financiamento e implementação de ações sustentáveis.

Um dos destaques será o lançamento do "Baku to Belém Roadmap", iniciativa que visa mobilizar até US\$ 1,3 trilhão anuais em financiamento climático para países em desenvolvimento até 2035, ampliando o apoio financeiro de países desenvolvidos e fortalecendo a Nova Meta Quantificada Coletiva (N-CQG).

Além disso, a conferência enfatizará a importância da economia circular como estratégia de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, reforçando a necessidade de uma abordagem integrada que considere inovação, investimento e inclusão social na

construção de soluções sustentáveis para o Brasil e o planeta.

Mais do que consolidar compromissos internacionais, a COP30 evidencia a urgência de mobilizar tecnologia e inovação em escala global para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. Nesse contexto, a **Propriedade** Intelectual representa um dos instrumentos estratégicos para viabilizar a inovação, a atração de investimentos e fortalecer a competitividade nacional.

### Reconhecimento de ativos intangíveis

Reconhecer e proteger ativos intangíveis, como, por exemplo, **patentes**, marcas, cultivares e indicações geográficas, e celebrar contratos de tecnologia consistentes são passos essenciais para criar um ambiente favorável à inovação.

Em março de 2025, durante o XXIV Congresso Internacional da Propriedade Intelectual, o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, ressaltou a relevância do direito de Propriedade Intelectual como epicentro do desenvolvimento econômico.

A proteção da **Propriedade** Intelectual resulta em segurança jurídica para investidores, estimula a pesquisa e o desenvolvimento de soluções tecnológicas e fortalece a indústria nacional frente aos desafios da transição climática.

### Patentes verdes e contratos ESG

No cenário da COP30, o Brasil tem a oportunidade de liderar a discussão sobre como alinhar o sistema de **Propriedade** Intelectual aos compromissos climáticos internacionais. Isso envolve o incentivo a políticas de proteção de invenções relacionadas a

Continuação: Opinião: Propriedade Intelectual importa - e muito - para o desenvolvimento sustentável

**patentes** verdes e marcas vinculadas à sustentabilidade, bem como a estruturação de contratos de **transferência** de tecnologia que promovam práticas alinhadas aos princípios ESG (Environmental, Social and Governance).

Outro ponto estratégico é a valorização do acesso a **recursos** genéticos e do conhecimento tradicional associado, garantindo mecanismos de repartição justa e equitativa de benefícios, em conformidade com a legislação nacional e tratados internacionais.

Além disso, mecanismos de co-desenvolvimento e financiamento voltados para tecnologias ambientais podem unir empresas, centros de pesquisa e comunidades tradicionais, ampliando o acesso a soluções inovadoras e promovendo inclusão social.

A **Propriedade** Intelectual associada à sustentabilidade não apenas estimula a inovação, mas funciona como alavanca para o crescimento econômico, geração de empregos e fortalecimento da competitividade nacional.

Cooperação internacional e PI sustentável

A **Propriedade** Intelectual, portanto, deve ser vista como instrumento de cooperação internacional e desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, destaca-se o papel estratégico da **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), agência especializada da ONU responsável por promover um sistema global equilibrado de **Propriedade** Intelectual, conciliando a proteção dos direitos de inventores e empresas com a difusão de conhecimento e tecnologia entre países.

A partir dessa atuação, iniciativas como a plataforma WIPO GREEN, que conecta fornecedores e usuários de tecnologias ambientais em mais de 80 países, e projetos realizados em parceria com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) para acelerar a inovação climática, mostram como a PI pode servir de ponte para colaboração.

No contexto brasileiro, experiências anteriores, como o programa **Patentes** Verdes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), demonstram o potencial de iniciativas voltadas a tecnologias ambientais.

Inserir este debate no marco da COP30 reforça o protagonismo do Brasil na agenda de inovação sustentável e evidencia o esforço do país em harmonizar a proteção intelectual com o acesso equitativo a tecnologias essenciais, consolidando sua imagem como referência em soluções para uma transição climática justa e inclusiva.

O desafio está lançado: transformar o sistema de **Propriedade** Intelectual em vetor de inovação climática, capaz de atrair investimentos, estimular a criatividade nacional e promover oportunidades para todos. A COP30 é uma oportunidade única para repensar o papel da **Propriedade** Intelectual no Brasil, com um olhar voltado para a construção de um futuro mais inovador, competitivo e sustentável.

\*Fernanda Quental é Advogada de Propriedade Intelectual do BMA Advogados. Lilian Ghitnick Arcalji é Especialista Sênior em **Patentes** do BMA Advogados.

## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade Intelectual**  
3, 5

**Inovação**  
3, 5

**Pirataria** | Biopirataria  
5

**Marco regulatório** | INPI  
5

**Patentes**  
5

**Entidades**  
5